

O ISOLAMENTO E MANUTENÇÃO DO LOCAL DE CRIME REALIZADO PELA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

THE ISOLATION AND MAINTENANCE OF THE CRIME SITE BY THE MILITARY POLICE OF THE STATE OF GOIÁS

COSTA, Luciano Pereira da¹
VILARINHO, Tatiane Ferreira²

RESUMO

O presente artigo realizou um estudo aprofundado no que tange ao local onde ocorreu uma infração penal, trazendo reflexos positivos e negativos em relação à atuação do policial militar que está exercendo suas atribuições naquela localidade. Para chegarmos a estes resultados foi realizada uma pesquisa de campo em que foram entrevistados policiais Militares da ativa e também um perito criminal, pois estes possuem maior relação quanto ao local de crime. Nesta pesquisa verificou-se que o trabalho de isolamento e manutenção de local de crime normalmente é realizado conforme determina o procedimento operacional padrão (POP), mas nem sempre ocorre como esperado, muitas violações vividas na prática foram pontuadas pelos policiais entrevistados. Os policiais pesquisados reforçaram que apesar de termos um procedimento a ser seguido, é comum ocorrer de forma diversa do que foi estabelecido, alguns profissionais precisam ser mais bem orientados, para não trazer prejuízo nas investigações posteriores.

Palavras-chave: Local de crime. Isolamento. Polícia Militar.

ABSTRACT

The objective of this article is to carry out an in - depth study regarding the place where a criminal infraction occurred, bringing positive and negative consequences in relation to the performance of the military police officer who is exercising his duties in that locality. In order to arrive at these results, a field survey was conducted in which the active military police officers were interviewed, as well as a criminal expert, since they have a greater relation to the crime scene. In this research it was verified that the work of isolation and maintenance of crime scene is usually performed according to the standard operating procedure (POP), but it does not always occur as expected, many violations experienced in practice were punctuated by the police officers interviewed. The police officers reinforced that although we have a procedure to be followed, it is common to occur in a way different from what was established, some professionals need to be better oriented, not to harm the subsequent investigations.

Keywords: Crime scene. Isolation. Military Police.

¹Aluno do curso de formação de praças do comando da Academia da Polícia Militar de Goiás- CAPM, Lucianoblack5@hotmail.com; Goiânia – GO, junho de 2018.

²Professor orientador: doutora professora do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás CAPM, tften@gmail.com, Goiânia – Go, junho de 2018.

1 INTRODUÇÃO

A Polícia Militar é a maior instituição policial do Estado, o número de policiais militares é superior aos da polícia civil, em regiões pequenas nem sempre haverá policiais civis nas proximidades, sendo assim a polícia militar normalmente é a primeira a ser acionado pela população quando ocorre um crime, conseqüentemente é a primeira a comparecer no local onde ocorreu uma infração penal. Por conseguinte, na condição de legítimos representantes do Estado, cabe-lhes zelar para que os procedimentos que lá forem implementados obedeçam aos parâmetros legais.

Os policiais desempenhados em determinadas ocorrências farão isolamento e a manutenção do local do crime, quando a situação exigir, e se for necessário realizará investigações preliminares naquele determinado espaço. Podemos observar novamente a importância da polícia militar na sociedade que exerce sua função ostensiva para evitar a ocorrência do crime, bem como a chamada repressão imediata que ocorre no local onde houve uma infração penal.

Este estudo nos leva a compreensão de alguns aspectos relevantes deste tema, as provas que são obtidas no local possuem fundamental importância no processo, estas provas poderão comprovar a autoria e materialidade de determinado fato e responsabilizar o autor da infração penal, sabemos que muitos ilícitos não são desvendados por falta de provas, portanto é importante um bom desempenho do policial responsável nesses tipos de ocorrências, principalmente na preservação do local do crime para que estas provas não sejam perdidas devido às falhas da atuação do policial militar desempenhado no local.

Há situações em que a Polícia Militar ao ser acionada por moradores ou em patrulhamento chega ao local imediatamente após o crime, porém não realiza devidamente a preservação deste local, isso pode ocorrer por diversos fatores como interferência externa por pessoas alheias com ou sem intenção de prejudicar nas investigações, bem como por violações interna pelos próprios policiais que alteram dolosamente ou culposamente a cena do crime.

Em se tratando de homicídio, é de suma importância não tocar ou deixar alguém mexer no cadáver até a chegada da perícia para investigar a situação, a movimentação do cadáver que deveria permanecer naquele local até a chegada da perícia também é algo comum de acontecer no local do crime, ocorre quando o policial ou terceiros retira o cadáver do local e o leva para o hospital, mesmo sabendo que a pessoa certamente está morta, desta forma o policial realiza esta conduta diversa do seu objetivo principal naquele local que é focar na

preservação, essa atitude pode ocorrer devido ao despreparo do policial, que nem sempre passa por um treinamento adequado em seu curso de formação, ou até passa, porém com o decorrer do tempo e movido pelos costumes acaba por fazer diferente daquele modo estabelecido pelo POP (procedimento operacional padrão), sendo assim seu despreparo e sua negligência podem gerar diversos problemas para a sociedade.

Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo detalhado sobre a atuação do policial militar após a chegada ao local onde ocorreu uma infração penal, sua atuação naquele local vai influenciar de forma positiva ou negativa no decorrer das investigações, seu dever é de fundamental importância para os procedimentos que serão realizados naquele ambiente, estes profissionais devem atentar ao seu dever como garantidor da integridade do local até a chegada dos peritos criminais.

Outro papel importante que será abordado nesse trabalho se refere à outra atribuição fundamental realizada pela PM, cabe a Polícia militar quando chega ao local do crime realizar investigações preliminares, ou seja, fazer uma coleta de informações antes da chegada da perícia, pois nem sempre será conveniente esperar a chegada dos peritos criminais para realizar tais atribuições, algumas das provas presentes ali naquele local podem desaparecer com o tempo, podendo estas ser essenciais para a solução do fato.

O policial militar não pode se limitar apenas ao isolamento do local do crime, este poderá também prender o criminoso se identificado naquele local, deve avaliar a cena do crime e a todo o momento realizar um levantamento de dados no local, deve anotar tudo aquilo que for relevante para a elucidação do fato e também identificar testemunhas naquele local, pois estas testemunhas podem não ser mais encontradas quando necessárias para esclarecimento posteriores.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Quando há uma infração penal o Estado tem o dever de solucionar o caso e responsabilizar o autor desse fato criminoso, e para que possa ocorrer essa persecução penal deve ser realizada uma série de procedimentos previstos legalmente, entre estes procedimentos está à preservação do local do crime.

Após ocorrer um determinado fato criminoso, normalmente os policiais militares são os primeiros a serem cientificados, os policiais que deslocarem até a ocorrência tem o papel fundamental de garantir a preservação do local do crime, bem como realizar o

isolamento para que pessoas estranhas ao fato não altere o local que será precedido por uma investigação detalhada, podendo ficar presente apenas aquelas pessoas responsáveis pela investigação, pessoas não essenciais para a investigação devem ser retiradas imediatamente do local visando impedir que modifiquem o local do crime ou introduzem algo que possa comprometer a eficácia da perícia criminal.

Justamente a fim de garantir a preservação do local do crime, o Código Penal considera crime de fraude processual a conduta de “inovar artificialmente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito”. Da mesma maneira o art. 312 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei n. 9.503/97) considera crime a conduta de:

Inovar artificialmente, em caso de acidente automobilístico com vítima, na pendência do respectivo procedimento policial ou processo penal, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, a fim de induzir a erro o agente policial, o perito ou juiz (BRASIL, 1997).

Apesar desta Instituição se tratar de uma Polícia ostensiva que trabalha buscando evitar o crime e garantir a ordem pública, ela também faz seu papel repressivo, podemos dizer que a PM de certa forma realiza uma repressão imediata, pois o crime já se consumou agora resta saber quem praticou o crime, e para saber quem é o autor do crime é necessário que comecem com as investigações, este dever em tese não seria da Polícia Militar, porém ela normalmente enfrenta os fatos no calor dos acontecimentos e acaba se envolvendo nessas situações, pois os policiais militares provavelmente serão os primeiros a adentrarem na cena do crime através de suas atividades rotineiras de patrulhamento ou por meio de chamado pela população, podendo até mesmo realizar a prisão do criminoso ainda no local do crime ou em suas adjacências.

Cabe aos peritos e investigadores irem até o local de crime para fazer a análise e colheita de provas naquele local, o local de crime é uma das principais fontes de vestígios criminais, podendo ser essencial para o desdobramento das investigações, possibilitando que se chegue à realidade dos fatos. Por isso, é de suma importância que haja uma logística adequada em sua preservação, favorecendo, assim, uma perícia criminal mais eficiente (ESPINDOLA, 2007, p.147).

Devem ser apreendidos os instrumentos do crime no local onde ocorreu a infração penal, esses instrumentos serão utilizados no decorrer do processo penal, tais como o objeto material do delito, objetos que possam ser úteis à prova, bem como aqueles adquiridos com o

produto do crime, pois estes objetos poderão ser confiscados em caso de condenação do acusado (REIS, 2016, p.54).

Quanto ao local onde ocorreu o crime este poderá ser classificado como local interno ou externo, local externo é aquele de fora do imóvel, são as praças públicas e as ruas e avenidas, lotes baldios entre outros, local interno é aquele recinto fechado, como na parte interna da residência ou imóvel que esteja cercado ou murado.

Temos também o local imediato, local mediato e local relacionado, local imediato é aquele local onde desenrolou o crime, neste local provavelmente estará os elementos de maior interesse para a investigação e para obtenção de provas, o local mediato são as adjacências do local onde ocorreu o delito, neste local não descarta a possibilidade de encontrar vestígios importantes do crime, estes locais são considerados locais de acesso as áreas do local imediato, e para finalizar temos o local relacionado, que são aqueles locais que apresentam relações com o fato delituoso, porém não são locais imediatos nem mediatos, estes locais podem possuir vestígios do crime mesmo não sendo o local em que ocorreu o fato ou suas adjacências.

As provas no processo penal têm suma importância para a elucidação de um fato delituoso, a prova que do latim *probatio*, trata-se do conjunto de atos praticados pelas partes, pelo juiz e por terceiros, com o objetivo de levar ao juiz a convicção acerca da existência ou inexistência de um fato, influenciar na alegação verdadeira ou falsa feita pelas partes, trata-se, portanto, de todo e qualquer meio de percepção empregado pelo homem com a finalidade de comprovar a verdade de uma alegação (CAPEZ, 2012, p.361).

Provas obtidas no decorrer do processo têm como objetivo a reconstrução detalhada dos fatos ocorridos para que o magistrado possa exercer sua função de dizer o direito, ou seja, a prova irá influenciar na busca da verdade real de modo a construir o convencimento do julgador acerca do fato ocorrido que ocasionou no cometimento do crime

Podemos observar o quanto é importante a obtenção de provas no decorrer do processo, algumas provas serão extraídas principalmente do local onde ocorreu o fato criminoso, sendo assim o local do crime será o foco das investigações, pois será ali que haverá mais possibilidades de se encontrar alguma informação (LIMA, 2016, p.148).

O policial militar deve ser preparado para atender essas ocorrências e para realizar seu trabalho de forma satisfatória, não podendo realizar da forma que bem entender, pois aquele local vai ser a parte principal nas investigações feitas pelos peritos, neste local pode haver a prova fundamental que indica e responsabiliza o infrator da lei.

Para que o local seja preservado e o trabalho da perícia seja realizado com clareza o policial militar deve seguir os procedimentos estabelecidos no POP (procedimento operacional padrão) junto à legislação pertinente. Nem sempre o que está estabelecido é feito pelos agentes que chegam ao local, policiais despreparados que seguem um conhecimento próprio e não aquele previsto pela lei acaba por prejudicar nas investigações, isso pode ocorrer por vários motivos tais como, não fiscalização e acompanhamento por parte dos seus superiores, a falta de treinamento e capacitação dos policiais que sentem dificuldade com este trabalho, o cansaço e a sensação de impunidade que alguns policiais sentem ao se deparar com o local e acabam por achar desnecessário todo o procedimento estabelecido na legislação.

É comum vermos a não punibilidade por falta de provas no processo, muitas dessas provas poderiam ter sido obtidas ali mesmo no local do acontecimento do crime, porém a atuação do policial desempenhado acaba dificultando ou impossibilitando a perícia, como no caso de remoção do corpo ou apreensão de objetos ligados ao crime sem que haja uma análise pelos peritos neste objeto.

O Policial Militar deverá aplicar seu conhecimento técnico e jurídico ao se deparar com um local onde ocorreu um fato delituoso, este deve raciocinar a possibilidade da prova mais importante para encontrar e responsabilizar o infrator autor do crime está ali naquele local que precisa ser preservado, este policial deve realizar levantamento de informações sem que viole os limites de sua competência legal, pode acontecer o fato de o policial achar que está ajudando, porém está atrapalhando nas investigações.

Podem ocorrer situações em que a própria polícia está envolvida no fato delituoso, como em uma troca de tiros de policiais com bandidos. O interesse do estado é a responsabilização das pessoas que ocasionaram o fato, independente de quem seja o autor, se comprovada atitude desnecessária e através das investigações constarem que o policial excedeu nos seus atos este poderá ser responsabilizado, pode acontecer situações em que policiais militares são autores dos delitos, e para que não seja punido acaba por modificar o local de crime, desta forma comete outro crime previsto no código penal, este conhecido como fraude processual. Este delito está previsto no artigo trezentos e quarenta e sete do código penal que ocorre quando o policial modifica o local de crime, também os objetos relacionados ao crime e até mesmo o estado das pessoas envolvidas buscando induzir os peritos ou magistrados a erro.

O Policial Militar no exercício de suas atribuições ao chegar ao local de crime poderá coletar provas e simultaneamente realizar a preservação do local do crime nos casos

que necessite a presença dos peritos criminais, a constituição federal em seu artigo 5º, LVI, prevê a proibição da prova ilegal no processo, desta forma se o policial que deveria garantir a não modificação deste local e realizar algumas investigações preliminares naquele local até a chegada dos peritos, para conseguir algumas declarações, ameaçar testemunhas com finalidade de obtenção de provas, estas não servirão no processo, devendo ser desentranhada, pois a prova deve ser legal e seus fundamentos residem na proteção dos direitos fundamentais do investigado, não adianta fazer justiça a qualquer custo.

A prova obtida no local do crime pode ser considerada ilegal sempre que para a obtenção desta sejam violadas normas legais ou princípios gerais do nosso ordenamento jurídico, como no caso de ofensa ao princípio da dignidade da pessoa, podendo ser violação de natureza material bem como de natureza processual.

Prova Ilícita, ou prova obtida por meios ilícitos, se dá por violação a regra de direito material, seja no âmbito penal, bem como no direito constitucional, desta forma serão ilícitas todas as provas que foram produzidas mediante a prática de crime ou contravenção, ou que violem normas de direito Civil, comercial, ou administrativo, bem como aquelas que afrontem princípios constitucionais. Se o agente pratica um crime de ameaça para conseguir provas contra o réu em qualquer fase do processo, esta prova não será válida, pois de acordo com o artigo 157, *caput* do Código De Processo Penal não aceita tais provas no processo. (CAPEZ, 2012, p.84).

3 METODOLOGIA

O trabalho em questão buscou colher informações de alguns agentes da segurança pública que estão diretamente ou indiretamente ligados ao local onde ocorreu uma infração penal, esta coleta de informação foi realizada mediante trabalho de campo, este questionamento é importante para que pudéssemos entender melhor sobre a atuação do policial militar em sua função repressiva na sociedade.

Este estudo foi realizado por meio de entrevistas tendo quatro militares e um perito criminal como entrevistado, pois estes profissionais possuem uma relação mais próxima ao local onde ocorreu uma infração penal, e conseqüentemente possuem experiência de como é realizado esta atribuição, sendo assim o objetivo da entrevista é pessoalmente colher informações de profissionais que em regra, realizam a preservação do local de crime (policiais militares) e também daqueles que chegam ao local já isolado pelos militares (peritos

criminais), desta forma haverá uma análise contendo o que é feito na prática e relacionando com a teoria.

Os quatro policiais militares entrevistados foram escolhidos por serem mais próximos, facilitando a pesquisa. Também foi entrevistado um perito criminal, sendo este um amigo de faculdade que se propôs a participar da pesquisa.

Dois desses policiais militares (E-1 e E-2) são pertencentes a unidades convencionais da Polícia Militar, e os outros dois (E-3 e E-4) são pertencentes a unidades especializadas, sendo uma delas o batalhão de choque (BPMCHOQUE) e a outra da Rondas Ostensiva Tática Metropolitana (ROTAM), pois é interessante sabermos se a forma do isolamento do policiamento especializado é semelhante ao policiamento convencional. Estes participantes foram escolhidos por possuírem vasto conhecimento e experiência operacional, podendo esclarecer melhor como é feito este trabalho policial na prática.

Em seguida esta coleta de dados foi extraída de um perito criminal, pois é importante termos conhecimento de um profissional que realiza suas atribuições ali naquele local, para que possamos ter conhecimento dos peritos se ao chegarem ao local já isolado, o isolamento e manutenção deste local foi realizada de forma satisfatória, ou se está alterado, contaminado, sendo assim inapropriado para realizarem as investigações.

Esta pesquisa nos orientou para que possamos fazer uma comparação da atuação do policial militar entrevistado com os mandamentos previstos na legislação institucional, desta forma podemos ter ciência se estão seguindo o que orienta o POP ou se estão realizando este trabalho de forma individualizada, saber também se estes policiais estão bem preparados para atuarem na preservação do local e se estão agindo dentro dos limites de sua atuação.

As pessoas participantes da entrevista foram abordadas pessoalmente ou contatadas via aplicativo WhatsApp, dando prioridade a abordagem pessoal, havendo o contato pelo aplicativo apenas na inconveniência ou impossibilidade desta entrevista ser realizada pessoalmente com os entrevistados. Estas pessoas foram escolhidas aleatoriamente, dentre aquelas que têm interesse em expressar sua opinião no assunto e possui em sua atividade rotineira alguma relação com o local de crime, toda sua fala foi devidamente anotada no papel e em seguida os dados adquiridos nas entrevistas foram organizados em um documento digitado, contendo todas as informações relevantes adquiridas pelos participantes.

Dados contidos na entrevista serão analisados através de métodos quantitativos, este é o método que será utilizado, pois as entrevistas serão aplicadas individualmente e com os questionários tendo o mesmo padrão para cada participante.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quanto aos policiais militares e ao perito criminal que foram entrevistados e se dispuseram a esclarecer algumas informações referentes às diligências realizadas por eles em serviço, todos encaminharam para o mesmo entendimento, havendo apenas algumas diferenças quanto à atuação das unidades especializadas e das unidades convencionais.

Em relatos feitos pelos militares, observamos que os crimes em que mais necessitam de atenção quanto ao isolamento e preservação do local de crime são os homicídios, pois nestes crimes pequenas interferências externas podem contribuir de forma negativa nas investigações. Outra situação que precisa ser analisada pelos peritos são os suicídios, que devem ser devidamente explorados para que possa constatar se realmente se trata de suicídio ou outros tipos de crimes, de acordo com a pesquisa os locais de onde ocorreram homicídios são comuns de serem violados.

A preservação do local de crime é de fundamental importância para que as investigações sejam bem-sucedidas pelos peritos, este isolamento deve ser feito de forma rápida e eficaz, após indagar um dos policiais militares entrevistados se este já presenciou alguma situação de preservação feita de forma errônea, este policial relata que sim, vejamos sua versão:

Sem dúvidas já presenciei tais situações, antes da implantação do POP não eram plenamente difundidas as técnicas corretas de isolamento de local de crime, não havia um padrão a serem seguidos pelos policiais, estes acabavam sem ter real noção do quanto de área, tipo de preservação que deveria ser feito, entre outras situações (E-1).

Este esclarecimento nos leva a perceber sobre a importância da implantação do POP em nossa Polícia Militar, antigamente este trabalho era feito de forma mais individualizada, não havia um método correto a ser seguido, cada policial realizava da sua forma, porém esta realidade mudou bastante nos dias de hoje.

Após o isolamento feito pelos policiais militares, também deve haver a manutenção do local até a chegada dos peritos criminais, ou seja, não é apenas isolar, é necessário fazer a preservação deste ambiente, onde o policial deve ter atenção especial aos vestígios encontrados, cuidando para que não sejam destruídas nem alteradas as posições e localizações dos mesmos. Porém para que seja realizada uma correta preservação desse local, é preciso que o mesmo seja isolado.

Alguns entrevistados já passaram ou presenciaram situações em que o próprio policial militar viola o local de crime, dolosamente ou culposamente, muitas vezes até por mera inocência do policial, que não tinha intenção de prejudicar nas investigações mas realiza procedimentos não previstos e, portanto, acaba prejudicando.

Algumas dessas situações são irreversíveis e outras podem ser corrigidas, aqui estão alguns depoimentos dos entrevistados quanto à violação feita pelos próprios policiais:

Já presenciei um fato em que um cabo da polícia militar se dirigiu até o local de suicídio, e após a pessoa ter ido a óbito, a arma que foi utilizada caiu ali nas imediações, o cabo chegou e recolheu a arma daquele local antes da perícia, alegando que era para a segurança dos policiais presentes naquele ambiente, sendo que o local já estava isolado e a população já estava contida a uma distância segura, depois dessa falha desse policial foi orientado para que ele colocasse a arma novamente no local (E-1).

Em uma situação onde eu mesmo modifiquei o local, tratava-se de ocorrência de homicídio seguida de suicídio, ao chegarmos à ocorrência nos deparamos com dois mortos dentro do carro, do lado do passageiro havia uma mulher, que foi vítima de homicídio, e do lado do motorista havia um homem que se suicidou após realizar o homicídio, por ser canhoto após se suicidar a arma caiu do lado de fora do veículo, e quando chegamos o filho único do casal estava chorando na porta do lado do pai e a arma estava nos seus pés, para que pudesse evitar uma consequência maior acabei por ir até lá e recolher a arma, pois o filho estava absolutamente abalado dizendo que não havia motivos mais para viver (E-2).

Podemos observar que mesmo com os devidos treinamentos passados aos policiais quanto a sua atuação no local de crime, ainda observamos algumas falhas desses profissionais, que não se atentaram as determinações impostas pelo POP e agem por impulso. Alteração dolosa é mais difícil ocorrer mais acontece, sendo as culposas mais comuns, principalmente feitas por aqueles que não seguem o que é determinado em nossa legislação. Vejamos um relato feito por um Policial Militar:

Após chegarmos ao local de um homicídio, fizemos o devido isolamento do local, e fomos atrás de provas ali presentes nas imediações, o corpo do falecido estava na cozinha da casa, havia muito sangue naquele local, um soldado da PM pisou no sangue da vítima e começou andar na residência em busca de informações, sem ter percebido que estava espalhando pegadas por toda residência, quando descobrimos já havia muitas pegadas, desta forma o local já estava alterado (E-2).

Nesse relato feito pelo entrevistado podemos observar que a atuação do Policial Militar está absolutamente em desacordo com o que diz o doutrinador Espindola (2007, p.147), neste seu trabalho o estudioso fala sobre a importância dos cuidados que deve tomar o policial militar no local do crime, neste caso narrado o policial militar não tomou o devido cuidado, prejudicando desta forma a perícia no local.

Diante da falta de atenção de muitos profissionais responsáveis na preservação, muita informação pode ser perdida e muitos criminosos deixam de ser penalizados por não conseguirem concluir quem é o autor do fato, e para que isso não aconteça, estes procedimentos devem ser sempre estudados pelos policiais, para que não cheguem ao local despreparados, treinamentos práticos são ótimos para uma boa absorção, não se limitando apenas aos ensinamentos teóricos no curso de formação.

Segundo os policiais entrevistados, o isolamento do local de crime é feito por fita zebra, há situações em que se isola uma parcela menor do local, mas também pode haver necessidade de isolar um quarteirão, uma rua, ou seja, são os policiais que vão verificar a necessidade do tamanho do local a ser isolado.

Outro fator que dificulta o trabalho policial são os familiares dos envolvidos, principalmente da vítima, que na maioria das vezes não entendem que aquele local é inviolável e não pode haver interferências externas, desta forma acabam por insistirem em chegarem até o corpo. Este foi mais um caso presenciado por um dos entrevistados após chegarem à ocorrência como apoio a primeira viatura.

Fomos solicitados pelo COPOM para dá apoio á viatura empenhada num homicídio, ao chegarmos ao local havia apenas uma viatura, está viatura tinha realizado o devido isolamento, porém nos deparamos com o pai da vítima dentro do local isolado e por cima do seu filho, que era a vítima, e o pai no momento tentava reanimá-lo, os policiais que já estavam no local estavam buscando conter os familiares da vítima que queriam ir até o cadáver, mas a situação estava saindo do controle (E-1).

É importante observarmos que por mais que o local não possa sofrer nenhum tipo de violação, nem sempre os policiais empenhados vão conseguir realizar essa função com êxito, a primeira guarnição que chega ao local deve realizar o isolamento e a manutenção, porém o ideal é que chegue reforço imediatamente, este procedimento deve ser feito com grande número de policiais ajudando conter curiosos e parentes dos envolvidos, pois as coisas podem sair do controle com o grande número de gente querendo interferir e pouco número de policiais para conseguir evitar esta situação.

Em relação às tropas especializadas, normalmente estas não são empenhadas para realizarem isolamento do local de crime praticado entre particulares, estes profissionais realizam esta função quando eles estão envolvidos diretamente no fato, como numa troca de tiros com infratores da lei.

As formas de isolamento pelas tropas especializadas se diferem parcialmente das feitas pelas viaturas convencionais, as tropas especializadas também utilizam fita zebra para

isolarem o local de crime, mais com uma peculiaridade, eles possuem uma forma mais coletiva de fazer essa preservação, normalmente começam com as viaturas ali presentes, e ao final há um número bem superior do que aquelas que começaram a realização da preservação, sempre com reforço, o local fica absolutamente inviolável, pois há muitos policiais ali presentes evitando qualquer tipo de interferência da população. Vejamos o relato do 3º sargento do batalhão de choque quanto ao isolamento do local de crime:

Quando temos que isolar o local do crime para que este local possa ser analisado, solicitamos reforço do batalhão e de outros batalhões de outras especializadas se necessário, trabalhamos com grande número de policiais, isolamos não apenas aquele local onde se encontra o cadáver, mais sim grande parte daquela ambiente, de forma que nenhum particular consiga interferir naquela região (E-3).

Claramente podemos observar que as tropas especializadas buscam trabalhar sempre em vantagem numérica, e que sempre é a primeira a ter contato com o cadáver, pois normalmente são eles os envolvidos na ocorrência, desta forma o trabalho de isolamento e manutenção acaba sendo mais prático por estes profissionais.

Segundo Lima (2016, p.148) o local onde ocorreu o homicídio, por exemplo, provavelmente será o centro das investigações, este local deverá estar apto para o trabalho dos peritos criminais, pois são nestes locais que serão extraídas as provas decisivas do crime.

Quando questionado ao perito sobre a atuação dos policiais militares, este relatou que nem sempre o trabalho da Polícia Militar é feito com a devida cautela, veja seu depoimento:

A Polícia Militar é a primeira a se responsabilizar pelo local da ocorrência, dependemos muito da atuação deles para as investigações fluírem corretamente, já aconteceu da nossa perícia acabar sendo comprometida por alterações feitas no ambiente, por particulares e por militares, já vimos vestígios importantes serem perdidos antes que pudessem ser analisados, más entendemos que não é um trabalho fácil, requer muito cuidado e atenção a todo o momento.

Em relação às investigações preliminares feitas por Policiais Militares no local, todos os entrevistados seguem o mesmo entendimento referente à importância destas buscas de informações antes da chegada dos peritos, essas informações irão nortear a atuação da perícia criminal, um dos entrevistados expõe sua opinião após ser questionado se é necessário realizar investigações preliminares o policial responsável pela ocorrência:

Sem dúvidas é essencial que o Policial busque informações, este deve se orientar, e deve colher todas as informações possíveis no local do fato, informar a quem for

necessário, e registrar no RAI as que forem pertinentes, passando estas informações a Polícia Civil (E-1).

Estas declarações feitas pelos entrevistados estão de acordo com o que diz Reis (2016, p.54) sobre a importância da apreensão dos instrumentos do crime no local onde ocorreu a infração, esses instrumentos poderão ser utilizados como prova no decorrer do processo, desta forma é essencial que o policial militar consiga todo tipo de material deixado no local e que busque todo conhecimento possível sobre o fato.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Presente trabalho oportunizou o conhecimento da importância do isolamento e da manutenção do local de crime realizado pela Polícia Militar, relacionando o que determina nossa legislação e o que geralmente é feito na prática pelos policiais militares. Este estudo foi realizado por meio de pesquisa de campo buscando estas informações de policiais que se comprometeram a relatar suas experiências de trabalho, desta forma podemos ter noção de como é realizado essa atribuição pelos policiais militares quando realiza a repressão imediata.

Já quando falamos em repressão imediata, devemos ter em mente a atuação da polícia assim que um crime ocorre. Apesar de não ter competência para investigação, a PM geralmente atua logo após o acontecimento de um crime, o que possibilita por diversas vezes, a prisão em flagrante de pessoas que estejam em conflito da lei, o que não configura serviço investigativo, não sendo, portanto inconstitucional.

As buscas de informações feitas nos entrevistados nos evidenciam que o isolamento do local de crime normalmente é realizado de forma satisfatória, mas ainda mostrar-se ineficiente em determinadas situações, apesar de receberem uma direção correta de como deve ser feito esse procedimento, muitas vezes o próprio policial desempenhado realiza de forma diversa do que é estabelecido, isso ocorre por vários motivos, às vezes por falta de atenção o policial acaba alterando o local de crime, sem falar das situações em que os policiais não conseguem conter os invasores, várias são as circunstâncias que podem trazer prejuízo nas investigações.

É importante que o policial militar reflita sobre suas ações e busque se aprimorar durante sua carreira, a fim de aperfeiçoar a qualidade de sua atuação, e conseqüentemente contribuir de forma positiva na resolução dos crimes. Nesse processo, é imprescindível que o

Policial Militar realize suas atribuições buscando o resultado mais satisfatório possível, hoje no Brasil mais da metade dos crimes não são solucionados, estes resultados estão longe de chegarem ao esperado pela população, vários fatores contribuem para esse resultado insatisfatório, e o principal fator é a falta de provas no decorrer do processo, prova esta que poderia ter sido colhida no local de crime, mais que foi ignorada ou desconhecida pelos peritos.

Foi demonstrado que a Polícia Militar num primeiro momento ensina teoricamente o policial militar a como fazer o isolamento do local do crime, más o restante deste procedimento normalmente o policial aprende por experiência própria, nem todos aprendem como deve ser feito, desta forma acaba trazendo esses prejuízos nas investigações.

REFERÊNCIAS

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 19. Ed. São Paulo: Saraiva 2012. 894 p.

BRASIL. Código de Trânsito Brasileiro. Lei nº. 9.503 de 23 de setembro de 97. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19503.htm>. Acesso em: 22 de jan. de 2018.

CHAGAS, Allan Fernandes das. **A preservação do local de crime e sua importância para as investigações criminais**. Brasília, 2016. 4 p. 01 v.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de processo penal**. 4. Ed. Salvador: Juspodivm, 2016. 1824 p.

MALLMITH, Décio de Moura. **Local de crime**. Porto Alegre: 2007. 66 p.

REIS, Alexandre Cebrian Araújo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito processual penal esquematizado**. 5. Ed. São Paulo: Saraiva 2016. 609 p.